

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.884, DE 2000

Acrescenta inciso VIII ao art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

Relator: Deputado NEUCIMAR FRAGA

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Lincoln Portela, pretende acrescentar o inciso VIII ao art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Na justificação, esclarece seu autor que “(...) a presente proposição tem por finalidade minimizar os graves acontecimentos que têm ocorrido, em todo o território nacional, sempre que são realizadas operações dos órgãos de trânsito com radares móveis. Diariamente são registradas inúmeras ocorrências, tais como: (1) agressões aos agentes de trânsito; (2) vandalismos, com danos aos radares; (3) fuga de motoristas autuados, etc.”

A proposição em comento foi distribuída, preliminarmente, à Comissão de Viação e Transportes, que concluiu, unanimemente, por sua aprovação, nos termos do parecer do relator, Deputado Philemon Rodrigues.

Em seguida, foi despachada a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, a teor do que dispõe o art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime ordinário de tramitação e ao poder conclusivo das Comissões, nos termos do art. 24, II, também do Regimento Interno.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Com relação aos aspectos de competência desta Comissão, verifica-se que o Projeto de Lei nº 3.884, de 2000, obedece às normas constitucionais relativas à competência da União para legislar privativamente sobre trânsito e transporte (CF, art. 22, XI), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, IX) e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Quanto à juridicidade, o conteúdo da proposição em apreço não discrepa da ordem jurídica vigente.

Finalmente, a técnica legislativa empregada parece não se ajustar às prescrições da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Daí por que apresentamos a anexa emenda, com o objetivo de sanar a incorreção formal apontada.

Pelas precedentes razões, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.884, de 2000, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado NEUCIMAR FRAGA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.884, DE 2000

Acrescenta inciso VIII ao art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

EMENDA Nº 1

Acrescentem-se, ao final da redação do inciso VIII do art. 23 da Lei nº 9.503, de 1997, proposta pelo projeto, as letras NR, entre parênteses.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado NEUCIMAR FRAGA
Relator